

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15981 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 07 - Alfabetização, Leitura e Escrita

## ENTRE POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS (1996-2019): OS CAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Liziana Arambula Teixeira - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Thaise da Silva - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Priscila da Rosa Lescano Dias - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

### ENTRE POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS (1996-2019): OS CAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

**RESUMO:** A alfabetização da criança é uma questão muito presente nos debates na área educacional, pois está intrinsecamente ligada à qualidade da educação. Assim, esta pesquisa aborda um ponto central, que são as políticas educacionais implementadas pelo governo com a finalidade de elevar os níveis de alfabetização e assegurar a todas as crianças uma educação de qualidade. Considerando isso, o objetivo deste estudo foi apresentar um panorama das políticas de alfabetização aprovadas e implementadas pelo Governo Federal no Brasil entre 1996 e 2019. O ponto de partida desta análise foram os Estudos Culturais, que concebem tais políticas como artefatos culturais. A metodologia percorreu marcos importantes como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), o Pró-letramento (2005), a Base Nacional Comum Curricular (2017) e a Política Nacional de Alfabetização (2019). Os resultados sugerem que, apesar dos esforços governamentais voltados às políticas de alfabetização, ainda existem grandes desafios. Ficou claro que tais políticas refletem processos de construção social e disputas, mas ainda as continuidades e rupturas nas práticas pedagógicas, que culminaram em mudanças teóricas e culturais. Ficou evidente um esforço contínuo para a elevação dos níveis de leitura e escrita, reconhecendo-se a necessidade de uma prática pedagógica coerente e alicerçada para a promoção de uma alfabetização eficaz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Educacionais. Alfabetização. Estudos Culturais.

O presente estudo tem por objetivo apresentar um panorama das políticas educacionais de alfabetização criadas e implementadas pelo Governo Federal no Brasil, considerando o recorte temporal (1996-2019). Essas políticas são resultantes de um esforço contínuo para melhorar os níveis de alfabetização infantil.

A alfabetização ocupa um lugar central nas discussões do cenário político e educacional no Brasil, envolvendo especificamente ações de políticas públicas. Nesse contexto, Mortatti oferece uma perspectiva abrangente: “[...] a alfabetização escolar é aqui

entendida como processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças” (Mortatti, 2010, p. 329).

O aporte teórico que respalda essa investigação são os Estudos Culturais. Dentro desta área de análise, os objetos estudados — documentos que delineiam as políticas de alfabetização — são considerados artefatos culturais, sendo produtos de um processo de construção social (Silva, 1999).

Para Trindade (2007), a análise a partir dos Estudos Culturais dá visibilidade a uma diversidade de conceitos referentes a uma época e a um grupo social, buscando revelar como aconteceu a constituição e a invenção de verdades, os movimentos pelos quais elas passaram e as disputas que enfrentaram nos campos dos conhecimentos científicos, político, social e cultural.

No decorrer dos anos, houve a implementação de uma série de iniciativas visando o fortalecimento da alfabetização brasileira. De 1996 a 2019, o governo federal intensificou as ações em torno das políticas públicas educacionais para alfabetizar as crianças na idade certa e, conseqüentemente, elevar a qualidade da educação no Brasil. O ano de 1996 foi escolhido para iniciar este estudo porque marcou o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo governo federal, o primeiro documento a direcionar o currículo nacional. Já 2019 foi selecionado por ter sido o ano em que a Política Nacional de Alfabetização (PNA) foi lançada.

A primeira política educacional de alfabetização voltada para a formação de professores alfabetizadores no Brasil, selecionada para análise, foi materializada nos cadernos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados em 1996, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96). Este material abordou diversas áreas do conhecimento e foi disponibilizado aos professores do ensino fundamental através do Ministério da Educação (Brasil, 1996).

A ideia central desse projeto era romper definitivamente com o ensino através dos antigos métodos de alfabetização (analíticos, sintéticos e mistos) e fazer com que os professores assumissem a perspectiva psicogenética. Para tanto, eles deveriam engajar-se em práticas como com leitura compartilhada, trabalho conjunto, reflexão solidária e aprendizagem em parceria. A formação destinava-se mais especificamente aos alfabetizadores – professores, tanto na Educação Infantil como no Ensino Fundamental, para crianças e adultos (Brasil, 1999).

Em 2001, ainda sob a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo federal lançou a segunda política de formação de professores alfabetizadores, concretizada no Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA). De acordo com documentos do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Estado da Educação (SEE), o PROFA era um curso anual direcionado especificamente a professores da Educação Infantil e do

Ensino Fundamental que ensinavam leitura e escrita a crianças, jovens e adultos. Contudo, embora destinado aos alfabetizadores, o curso estava aberto também a outros profissionais da Educação interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre ensino e aprendizagem na fase inicial da alfabetização. Em 2004, após quatro anos de atividade, o PROFA foi encerrado.

No ano seguinte, 2005, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado o programa Pró-letramento: Mobilização pela Qualidade da Educação. Este novo programa continuava a oferecer formação continuada para professores e, assim como seus antecessores, visava melhorar a qualidade do ensino, a aprendizagem da leitura e escrita, e o domínio dos conhecimentos matemáticos. Para esse programa,

[...] letramento é pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita (Brasil, 2008, p.11).

Baseando-se nesses princípios, os cadernos de Alfabetização e Linguagem foram desenvolvidos pelo MEC em colaboração com a SEB. O programa, em seu documento, ampliou a concepção de alfabetização, que não se limitaria ao domínio de correspondências entre grafemas e fonemas. Baseado nos estudos de Soares (1998), o foco era alfabetizar letrando, reforçando que os processos de alfabetização e letramento não devem ser vistos como sequenciais, mas como complementares e simultâneos. Ou seja, eles não vêm um depois do outro, como se o letramento fosse uma espécie de preparação para a alfabetização ou, então, como se a alfabetização fosse condição indispensável para o início do processo de letramento. O programa em comento foi encerrado em 2011.

Em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff, foi lançado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Este programa representou um compromisso formal entre os governos federal, estaduais, municipais e diversas entidades para garantir a alfabetização de todas as crianças até os 8 anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização. O programa foi instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, e permaneceu ativo durante seis anos. Seu objetivo alinha-se à Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece a obrigatoriedade de “[...] alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental” (Brasil, 2014, p.3).

Ainda com o PNAIC vigente e depois de duas décadas da publicação dos PCNs, o MEC, em 15 de dezembro de 2017, sob a vigência do Governo de Michel Temer, aprovou a quarta versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que implementa parâmetros para a construção de currículos e prescreve o que o professor deve ensinar em todo o território brasileiro, sendo esses conhecimentos considerados essenciais e indispensáveis. Como bem se destaca, “[...] a BNCC tem o objetivo de estabelecer conteúdos mínimos para a Educação Básica, norteando os currículos e as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas em todo o Brasil” (Pereira, p.62, 2023).

Esse documento ainda enfatiza que a alfabetização deve ser central na ação pedagógica, destacando a importância de os alunos dominarem o alfabeto e a mecânica da escrita e leitura. Tal processo envolve o desenvolvimento da consciência fonológica, dando ênfase à consciência fonêmica. Após a homologação e implementação da BNCC, em janeiro de 2019, outra equipe assumiu o comando da Secretaria de Alfabetização no Ministério da Educação, iniciando uma nova etapa na esfera educacional do nosso país. O governo federal, na gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro, lançou a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Segundo o Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal (BRASIL, 2019, p.1).

Logo nas páginas iniciais, o Ministro da Educação, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, reforça a importância da educação e da implementação de políticas educacionais:

[...] a educação é uma preocupação central das nações do século XXI. Não se pode conceber um futuro próspero para o país que descuida das suas políticas educacionais, uma vez que o progresso científico, econômico e social de um povo está intimamente relacionado com a qualidade da sua educação (Brasil, 2019, p.5).

No que se refere ao trabalho de alfabetização, a PNA introduziu o discurso da ciência cognitiva da leitura e da instrução fônica, divergindo das abordagens dos governos anteriores. Acerca disso, Lopes (2019, p.86), assim se posiciona: “[...] a nova política não apenas incorre na histórica descontinuidade de políticas públicas, mas, mais que isso, busca, com seu texto, impor suas visões de mundo”.

Lopes (2019) critica a PNA por ignorar a produção científica pré-existente sobre alfabetização. Além disso, esse programa demonstra desconsideração e desrespeito em relação às ações governamentais já empreendidas em âmbito nacional, como o PROFA, o PRÓ-letramento, o PNAIC, bem como a produção de materiais didáticos elaborados por programas como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), livros do PNAIC, jogos para a alfabetização, entre outros.

Até 2019, a abordagem pedagógica no Brasil pode ser descrita como uma bricolagem, na qual cada programa adicionava novos conceitos aos existentes. No entanto, a introdução da PNA marca uma ruptura significativa, propondo abordagens que contrastam com as ideias anteriormente adotadas.

Este resgate histórico revela as continuidades e as rupturas discursivas que marcaram o campo da alfabetização, evidenciando que diferentes políticas públicas incorporaram mudanças na forma como a alfabetização foi pensada em determinados períodos. Esse processo reflete as disputas pelo poder-saber, alternando a visibilidade entre diferentes correntes teóricas e culturais conforme cada momento histórico e social.

## REFERÊNCIAS

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Disponível em: . Acesso em: 09 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: . Acesso em: 09 jul. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Programa de desenvolvimento profissional continuado**: alfabetização. Brasília: A Secretaria, 1999.

BRASIL. Ministério da educação. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA -, **Guia do Formador**, mod. I, Brasília: MEC/SEF, 2001.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-341, maio/ago. 2010.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. Uma análise cultural de discursos sobre alfabetização e alfabetismo/ letramento e suas representações. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 41-57, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1, Ed. Extra.